

Escutar as transidentidades

Princípios e fins

Eduardo Leal Cunha,¹ Aracaju
Rafael Leopoldo,² Belo Horizonte

Resumo: Os autores discutem a escuta psicanalítica das transidentidades e propõem um dispositivo ético, cinco gestos de baliza, que repensa os objetivos do tratamento. A partir da figura do corpo trans*, questionam a patologização histórica e apresentam cinco gestos fundamentais para uma escuta ética: renunciar à anterioridade da teoria diante da fala do analisante; reconhecer a necessidade de novas ferramentas simbólicas e teóricas; recusar a lógica diagnóstica e a associação direta entre sofrimento e dissidência; desarticular a norma sexo-gênero-desejo; e manter atenção crítica à contratransferência. Esses gestos permitem uma escuta aberta à singularidade e à produção simbólica das vidas trans*, configurando a análise como espaço de experimentação ética e invenção de modos de existir. Os autores defendem, ainda, a importância de escutar a produção cultural das transidentidades como forma legítima de saber, convocando o analista a implicar-se eticamente em sua época.

Palavras-chave: psicanálise, transidentidades, escuta, ética, subjetividade

Nos últimos anos, o debate em torno das experiências transidentitárias, ainda equivocadamente associadas à figura do dito transexual verdadeiro descrito por Robert Stoller nos anos 1960 e à psicose (Cunha, 2021a), tem mobilizado autores e instituições nos diversos países em que a psicanálise se faz presente. Neste breve ensaio, procuramos elaborar o sentido dessa relevância e propor uma nova postura ética, clínica e teórica diante dessas novas formas de relação com o corpo, o gênero e a sexualidade, considerando o que nelas há de verdadeiramente novo.

- 1 Psicólogo. Psicanalista. Doutor em saúde coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj) e mestre em teoria psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor titular da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e pesquisador associado do Instituto de Humanidades, Ciências e Sociedade da Universidade Paris Cité. Coordena o projeto Roda de Escuta LGBTQIAP+, da UFS.
- 2 Psicanalista. Filósofo. Doutor em filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e mestre em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Autor dos livros *Cartografia do pensamento queer* (Devires, 2020), *Transhumanismo* (Dialética, 2021) e *Manifesto nos trópicos* (Metanoia, 2023). Tradutor das obras *Pelo cu: políticas anais*, de Javier Sáez e Sejo Carrascosa, *Pós-colonialidade explicada às crianças*, de Santiago Castro-Gómez, e *Trans**, de Jack Halberstam.

Para tanto, propomos inicialmente reconhecer o lugar central dos corpos *trans**³ na sociedade contemporânea e em seguida discutir as condições de escuta dos sujeitos que vivem tais experiências, tomando-os como uma nova matriz clínica para a psicanálise, talvez aquela que mais nos lance desafios e nos perturbe, inclusive subjetivamente, nos colocando não apenas em face dos limites das nossas teorias, mas diante das nossas próprias vivências corporais, sexuais e de gênero.

Para Freud, a forma de existência e de sofrimento denominada histeria, sua matriz clínica inicial, se apresentou como enigma que confrontava o saber médico e psiquiátrico, apontando suas limitações e convocando-o à invenção, para a qual foi preciso recorrer a outros saberes, desafiando a ciência da época. Acreditamos que as transidentidades se apresentam hoje como uma das principais matrizes da nossa clínica, um novo enigma, que nos convoca mais uma vez a recorrer a outros saberes e a interrogar nossas teorias.

Afirmar o ineditismo dessas experiências e também tomá-las como matriz clínica em particular implica reconhecer que as demandas trazidas aos nossos consultórios pelas pessoas *trans** são novas, que diante delas nossas ferramentas teóricas podem se revelar insuficientes ou mesmo inadequadas, e que nossa forma de escuta em sua dimensão técnica pode carregar consigo elementos, conscientes ou inconscientes, que inviabilizem associação livre e atenção flutuante. Por isso, propomos discutir as condições de escuta das transidentidades, seus princípios e seus fins, para que, reconhecendo o que contém de ininteligível, de infamiliar, sejamos capazes de realizar um efetivo trabalho teórico de elaboração do impacto transferencial que podem produzir, de modo singular, em cada um de nós.

Entre corpo abjeto e corpo utópico

Em nossa sociedade, o corpo *trans** se tornou figura exemplar da abjeção, mas, ainda em sua dimensão de anormalidade, pode ser apresentado, em sentido diametralmente oposto, como imagem de um corpo utópico, o qual transcenderia as formas atualmente possíveis de existência e lançaria bases para novas maneiras de vivermos juntos, como sustenta Paul B. Preciado (2011) com a sua política dos anormais.

Por um lado, é necessário lembrar que nos Estados Unidos, sobretudo com Donald Trump, instala-se toda uma política institucional contra a

3 A grafia *trans** procura indicar a multiplicidade de formas de corporificação e de construção da imagem de si, bem como a indeterminação da identidade de gênero necessariamente implicada nas experiências transidentitárias, sobretudo aquelas marcadas pela recusa da norma binária da diferença sexual, que limita as possibilidades da existência humana ao ser homem e ao ser mulher. Sobre isso, ver Halberstam (2018/2022).

comunidade trans*, que vai da mudança de diretrizes relativas aos cuidados médicos – que o Conselho Federal de Medicina, no Brasil, parece querer seguir, como se vê na Resolução n. 2.427/2025, a qual busca restringir o acesso de adolescentes à rede de atenção e cuidado de pessoas trans* – à rejeição de políticas de assistência social, passando pela negação do acolhimento de pessoas trans* em abrigos, ou ainda pela recusa de que sirvam ao Exército ou mesmo pratiquem esportes olímpicos.

Na Europa, conhecemos políticas reacionárias na Polônia, Hungria, Espanha, Itália e Reino Unido. Na América Latina, ao observarmos o mapa da violência contra essa população, o Brasil tem figurado há algum tempo como o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans* (Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2025).

Por outro lado, o corpo trans* se articula a uma mentalidade utópica. Apresenta-se como importante polo de resistência contra políticas de minoração e precarização da vida de determinados indivíduos e grupos, se constituindo em potente interrogação das fronteiras e limites do que aprendemos a perceber como humano e daquilo que nos parece ser seu negativo, o inumano, o monstruoso (Cunha, 2021b).

Nesse horizonte, seria importante para nós, psicanalistas, poder realizar uma leitura dos estudos queer e também da recepção brasileira de seus principais teóricos e teóricas. Destacam-se, por exemplo, Judith Butler e a sua clássica obra *Problemas de gênero* (1990/2010); Paul Preciado e sua experiência filosófica de autointoxicação em *Testo junkie* (2008/2013); Jack Halberstam e seu guia *Trans** (2018/2022); José Muñoz e a produção de uma *Cruising utopia* (2009); Lee Edelman e o instigante *No future* (2004/2014); Sam Bourcier e suas reflexões nos três volumes de *Queer zones* (2001-2011/2022).

No Brasil, após a recepção acadêmica do queer, composta principalmente por André Musskopf, Berenice Bento, Guacira Lopes Louro, Larissa Pelúcio e Leandro Colling – período que poderia ser chamado de *recepção de abertura* –, destaca-se o belo ensaio *Não vão nos matar agora* (2021), de Jota Mombaça, bem como uma proliferação de manifestos políticos e artísticos (Leopoldo & York, 2023).

Por mais distantes que esses autores estejam uns dos outros, todos põem o foco nas figuras da abjeção, ressaltando sua potência disruptiva. Trata-se da anormalidade, do monstro, do estranho, do resto, mas, além disso, do queer como possibilidade de desestruturação, reestruturação, ou ainda de construção e legitimação de novas formas do social e de novas formas de vida (Leopoldo, 2020; McCann & Monaghan, 2020; Sullivan, 2003).

Tal contraposição entre abjeção e utopia reforça nossa percepção de que as experiências transidentitárias põem em cena – e em questão – as formas de relação com o nosso próprio corpo e com o corpo do outro, e também tornam

visíveis os processos pelos quais essas formas são tornadas possíveis ou compulsórias, o modo como lidamos com novos estilos corporais e as regras que passam a circundá-los. Dessa maneira, materializam e exacerbam aspectos críticos dos processos e formas contemporâneas de subjetivação, de relação consigo mesmo e com o outro.

Como procuramos destacar em outro momento (Cunha, 2021a), podemos enfatizar três aspectos críticos dos modos contemporâneos de relação consigo e com o outro: 1) a prevalência da identidade como forma hegemônica de autoenunciação e elemento central de estruturação do laço social; 2) a subversão dos limites entre o público e o privado, com a colocação da esfera do íntimo no primeiro plano da discussão política; 3) a nossa inscrição no registro do biopoder e da biopolítica, de maneira que nosso corpo – ou aquilo que Giorgio Agamben (1995/2002) denomina *vida nua* – aparece no núcleo da experiência política, como instrumento privilegiado da ação do poder soberano e do poder disciplinar (Foucault, 1973-1974/2022).

Assim, pensamos que seja viável, seguindo os passos da perspectiva patoanalítica (Leopoldo, 2015), sustentada por Van Haute e Geyskens (2017), propor que a singularidade das experiências transidentitárias está não naquilo que as distancia de nós, pessoas cisgêneras, mas naquilo que nos aproxima, isto é, em aspectos centrais da nossa experiência subjetiva, social e política, assim como, nos séculos 19 e 20, na época de Freud, o corpo central era o corpo da mulher – sobretudo, o da mulher histórica (Guerra, 2022).

Ao mesmo tempo, essa multivocidade atribuída ao corpo trans* diz muito das posições subjetivas que podemos assumir diante dele, do lugar que lhe atribuímos na cultura e na sociedade, mas também do nosso próprio lugar social e subjetivo, de como nossa própria relação com o corpo, a sexualidade, o gênero e as normas que os estruturam se articulam entre si e têm efeito sobre nós e sobre nossa percepção, compreensão e aceitação ou não dessas experiências dissidentes.

Por tudo isso, parece-nos fundamental discutir as condições necessárias à efetiva escuta das experiências transidentitárias, não apenas para que o espaço analítico se configure em espaço de transformação subjetiva e alívio do sofrimento psíquico, mas para que possamos aprender com as pessoas que vivem tais experiências o que de novo se produz nas subjetividades de nosso tempo, e também os limites das nossas ferramentas teóricas e técnicas.

O primeiro passo necessário é reconhecer o caráter situado de nossas teorias e práticas. Isso pode ser feito, por exemplo, recorrendo-se ao modelo historiográfico proposto por Renato Mezan (1988), o qual procura dar conta da diversidade teórica e clínica da psicanálise a partir da identificação de três fontes da teoria: 1) a matriz clínica, que se refere ao discurso, forma de existência, sofrimento, queixa ou sintoma do paciente; 2) o ambiente cultural, que diz

respeito não apenas ao enquadre social e histórico em que o analista encontra a matriz clínica, mas ao conjunto de ferramentas teóricas e simbólicas ao qual o analista/teórico pode recorrer para elaborar o impacto que a matriz clínica e a própria experiência transferencial têm sobre ele; 3) a própria experiência subjetiva daquele que escuta e elabora, o que implica a dimensão contratransferencial, mas não se limita a ela, abrangendo portanto sua história de vida, seu percurso formativo e sua inscrição institucional, sua relação com a obra de Freud e, por que não dizer, seu próprio inconsciente.

Desse modo, a teoria é compreendida fundamentalmente como elaboração singular de cada analista daquilo que é vivido na transferência, a partir do seu ambiente cultural, mas também da sua própria história e do seu posicionamento subjetivo e social, de maneira que possa elaborar os afetos produzidos e conferir inteligibilidade ao que lhe apresenta o paciente, com seu discurso, queixas, sintomas e forma de existência.

Podemos perceber que, na história da psicanálise, os encontros que promovem a abertura da escuta são fecundos. No consultório, Melanie Klein escutava as crianças. No Hospital Sainte-Anne, Lacan atendia Aimée e não recuava diante da psicose. Ora, todos esses encontros – e tantos outros que poderíamos evocar – provocaram mutações e criações na psicanálise.

Nesse sentido, podemos pensar como o encontro de Freud com as mulheres e os homens históricos lhe forneceu sua matriz clínica inicial e o fez conceber todo um paradigma metapsicológico baseado no mecanismo do recalque, na articulação entre psiquismo e soma, e na identificação de um desejo inconsciente. Com isso, a histeria foi o modelo para considerar as patologias, o desenvolvimento psíquico e o próprio processo analítico. Por outro lado, o encontro de Freud principalmente com o homem obsessivo – o caso do Homem dos Ratos – configura uma matriz clínica diferente e o leva a produzir outro paradigma (Mezan, 2022). A teoria anterior passa a ser revista diante desse novo encontro.

Enfatizamos que, em cada um desses momentos, o gesto psicanalítico inicial foi o da escuta. Hoje, mais de 100 anos após a publicação de *A interpretação dos sonhos*, quando a psicanálise é colocada em questão por uma série de críticas, advindas sobretudo dos movimentos feministas, LGBTQIAP+ e antirracistas, faz-se inevitável discutir as condições dessa escuta, pois ela não é de modo algum intuitiva.

Foi necessário um trabalho de abertura para que Freud, um médico de Viena no século 19, escutasse suas históricas. Foi necessário um trabalho de escuta e abertura para que Lacan, um jovem psiquiatra, desse valor à loucura. Foi necessário um trabalho de escuta e abertura para que Melanie Klein adentrasse nos labirintos da imaginação infantil ou para que Donald Winnicott explorasse o espaço psíquico infinito que se instala entre a criança e a mãe.

A nossa hipótese é que as transidentidades constituem uma matriz clínica primordial para a psicanálise contemporânea. Trata-se de experiências diante das quais precisamos considerar o nosso ambiente cultural e a nossa própria experiência subjetiva, ambos marcados pelo nosso contexto social e histórico. Nesse sentido, procurando respeitar esses exemplos e seguir essa perspectiva, propomos seguir alguns gestos mínimos de baliza para a escuta de pessoas que vivem experiências transidentitárias. O caminho proposto abarca o gesto freudiano da escuta, uma valorização da fala e a despatologização das transidentidades (Fajnwaks, 2023).

Em muitos casos, embora não em todos, escutar pessoas trans* é escutar sujeitos socialmente vulnerabilizados. Essa constatação é fundamental não apenas para a escuta das transidentidades, mas também quando a questão racial chega ao divã, visto que o preconceito racial ou de gênero – entre tantas outras coisas mais violentas – limita a própria fala (Ayouch, 2025b; Guerra, 2022).

Trata-se de escutar uma fala historicamente desvalorizada e muitas vezes silenciada, mas vinda de uma existência que não pode ser reduzida à sua vulnerabilidade. Por isso, o simples acolhimento não basta, muito menos uma postura de caridosa benevolência, ancorada precisamente na mesma hierarquia social que vitimiza e muitas vezes invisibiliza a experiência subjetiva do outro e apaga a diversidade. Na direção oposta, é necessário criar condições para fazer emergir toda a potência da vida dessas existências que se engajam no deslocamento entre a abjeção e o desejo utópico.

A escuta das transidentidades e alguns gestos que a tornam possível

Diante disso, propomos um dispositivo de escuta configurado em cinco gestos de baliza, os quais procuram, sobretudo, respeitar e atualizar princípios delineados por Freud já em seus artigos técnicos da década de 1910, considerando essa nova matriz clínica, nosso ambiente cultural e nossa própria experiência subjetiva, mas também as críticas feitas à psicanálise nas últimas décadas pelas lutas por reconhecimento e combate à injustiça sociocultural associada a gênero, sexo e raça, que nos movimentam inclusive na direção de uma volta aos princípios freudianos e à sua ênfase na associação livre e na atenção flutuante (Cunha, 2024).

O primeiro desses gestos é *recusar qualquer anterioridade da teoria em relação à experiência vivida pelo analisante e ao modo como tal experiência se materializa em discursos e afetos, circulando no espaço transferencial*, e simultaneamente afastar do processo analítico qualquer dimensão pedagógica. Com essa postura ética, procura-se, por um lado, desde o princípio, admitir os

limites de nossas teorias – e mesmo de nosso instrumental técnico –, situadas historicamente, diante de experiências inéditas, diretamente associadas ao mundo contemporâneo, a nosso tempo e lugar, recusando, portanto, às teorias qualquer universalidade e transcendência, as quais, aliás, são negadas cotidianamente pela própria diversidade teórica que habita a psicanálise, marcada por uma espécie de concorrência entre conceitos e paradigmas. Por outro lado, busca-se reconhecer a capacidade do sujeito de dar sentido à sua existência, eventualmente a transformando:

Uma psicanálise não implica um processo educativo em seu interior. Não se trata de acumular conhecimento, de reeducar e fortalecer defesas, de apoiar-se numa lógica de moldagem. Na direção contrária, o processo analítico implica uma separação do Outro e um confronto com o limite do saber como forçado pela imposição da experiência da verdade, a partir dos limites engendrados pela castração e pela linguagem. ... O psicanalista dirige o tratamento, mas não o paciente no sentido de guia moral. (Guerra, 2022, pp. 57-58)

Isso significa retirar-nos de uma posição de poder exterior ao campo transferencial, como aquela do especialista inscrito numa ideologia da competência que divide o mundo entre capazes e incapazes (Chauí, 2014). Mais ainda, representa o reconhecimento honesto de uma surdez clínica que produziu historicamente inúmeras violências, sobretudo a partir da suposição diagnóstico-etiológica erigida antes mesmo da escuta do sujeito e pelo não reconhecimento da inadequação de determinadas ferramentas técnicas e teóricas frente a uma clínica e a um sujeito sempre em movimento.

O segundo gesto, diretamente associado à interrogação do estatuto universal e totalizante das nossas elaborações teóricas, consiste em *reconhecer a necessidade da busca de novas ferramentas simbólicas e teóricas que permitam tanto ao analisante quanto ao analista elaborar o que é vivido na transferência*. Ele se articula ao fato de que nosso ambiente cultural não é o mesmo que o de Sigmund Freud, Jacques Lacan, Donald Winnicott ou qualquer outro ícone do pensamento psicanalítico, e procura levar a sério a demanda de contextualização sócio-histórica das nossas elaborações teóricas, o que deveria ter incidência direta no modo como praticamos a psicanálise e escutamos nossos analisantes. Toma-se aqui o trabalho conceitual como espaço de elaboração do impacto da experiência transferencial – e do que ela carrega consigo de ininteligível – sobre o próprio analista, para o qual, como bem demonstraram, por exemplo, Freud e Lacan, o recurso a outras disciplinas e, mais amplamente, a outros discursos e expressões culturais, como a arte, a filosofia e a literatura, é imprescindível.

O terceiro gesto implica *dispensar a taxonomia diagnóstica e ao mesmo tempo suspender a associação direta entre sofrimento e dissidência em relação à*

norma binária de gênero. Trata-se de nos afastarmos de um amor classificatório colonial, prática do século 19, que se estende da botânica para as primeiras antropologias e para a sexologia, e que, de acordo com Halberstam, “abriu o caminho no século 20 para a localização do sexual e do corpo generificado em relação à orientação, às normas e à identidade” (2022, p. 33). Trata-se também de recusar o modelo diagnóstico-etiológico que orienta a nossa escuta pela indicação de uma falha em nosso funcionamento subjetivo e pela consequente busca do incidente – trauma ou particularidade dos processos de estruturação subjetiva – que gerou como consequência tal falha.

Como afirmamos em outro lugar (Cunha, 2021a), a orientação da escuta pela busca etiológica acaba por implicar a pressuposição de uma história de vida particular e bloqueia o que nos parece um elemento decisivo no percurso analítico daquelas e daqueles que vivem experiências transidentitárias: a reinvenção do seu passado a fim de estabelecer algum tipo de continuidade, por exemplo, entre uma infância situada em um determinado gênero, um presente em que esse gênero da infância é recusado e um futuro marcado pela indeterminação.

Com isso, a psicanálise se abre à singularidade do sujeito e pode se descolar finalmente de uma longa história de patologização das dissidências sexuais e de gênero. Trata-se de não pressupor um vínculo entre o sofrimento psíquico e o processo de transição, ou ainda a experiência de variabilidade de gênero (Cunha, 2021a; Halberstam, 2022). Colocamo-nos frontalmente em oposição à ideia de que haja um sofrimento específico causado pela dissidência de gênero em si e nos aproximamos da ideia de que grande parte do sofrimento eventualmente vivido por essas pessoas é fruto da limitação de sua existência e dos modos possíveis de relação com os corpos e prazeres, imposta pela norma e pelo que Paul Preciado (2020/2022) descreve como epistemologia da diferença sexual, bem como pela segregação, violência e preconceitos delas derivados. Em relação a isso, apontando na direção contrária, estão o testemunho de Paul Preciado em *Testo junkie* (2008/2013) e o manifesto de Indianarae Siqueira “Minha destransição” (Leopoldo & York, 2023), bem como a própria experiência clínica, que põe em cena muitas vezes o próprio júbilo com a transição.

O quarto gesto consiste em *desarticular a norma sexo-gênero-desejo cis-heterossexual, que vincula identidade de gênero, diferença sexual binária e escolha de objeto*. Acreditamos que isso seja vital para haver, de fato, escuta flutuante ou mesmo empatia frente ao vivido do paciente, condições necessárias para uma interpretação que não se constitua em imposição do saber do especialista. A crítica a essa conjunção foi feita de forma exaustiva pela filósofa Judith Butler em *Problemas de gênero* (1990/2010), que propõe o entendimento da sexualidade como uma performance repetitiva e paródica.

Colocamo-nos, com isso, ao mesmo tempo, em posição de exterioridade em relação aos dispositivos médico e jurídico e aos processos de transição de gênero orientados para a produção de conformidade sexual, inclusive de uma suposta adequação entre sexo e gênero, na qual o sexo corresponde ao genital e o gênero é limitado ao binarismo homem/mulher, com a carga cultural que lhe é correspondente.

Isso não significa, contudo, estar alheio a questões políticas ou à realidade social des analisantes – que es leva, por exemplo, à adesão ao discurso médico ou mesmo à submissão ao processo de transgenitalização, ainda que esta não seja sua escolha inicial. Antes, na atual conjuntura, os protocolos e os aparatos médico-jurídicos devem ser criticados em prol de uma ética e uma posição de emancipação para as quais a distância tomada pelo analista em relação a esses dispositivos pode ser decisiva. Faz parte dessa recusa, a nosso ver, a rejeição, por princípio, das categorias transexualidade, transexualismo e mesmo disforia de gênero, dando, em sentido contrário, preferência a expressões como transidentidades, dissidências de gênero ou, muito simplesmente, trans*.

O quinto gesto diz respeito a *manter atenção constante e crítica à contra-transferência*. Evidentemente, a referência ao impacto do discurso e da vivência particular de gênero e sexualidade de pessoas dissidentes, e aos efeitos desse impacto na escuta oferecida pelo analista, é provocada por uma longa série de violências denunciadas por pessoas trans* e é um dos cerne da crítica feita à psicanálise pelo movimento LGBTQIAP+. Nesse sentido, Jorge Reitter (2024) aponta a presença insidiosa da norma heterossexual na escuta de jovens gays e lésbicas por profissionais heterossexuais, e Thamy Ayouch (2015) mostra como o que chama de teorias sexuais infantis dos analistas acabam por produzir uma espécie de surdez que impede o acolhimento da singularidade vivida por aquele que lhe dirige a palavra.

Estamos aqui, sem dúvida, nos referindo à terceira fonte da psicanálise indicada por Renato Mezan (1988), a experiência subjetiva do próprio analista. É importante considerar que os efeitos contratransferenciais de bloqueio da associação livre e da atenção flutuante podem vir não apenas do apego à teoria e a seu caráter universal, da fixação ao modelo diagnóstico-etiológico ou de um lugar social de classe, de orientação sexual ou de gêneros marcados por privilégios, mas também, por mais paradoxal que pareça, de uma posição pretensamente afirmativa, de defesa das vidas dissidentes, ou de uma postura benevolente, ou ainda de certa idealização da própria experiência dissidente, como apontam com clareza Patrícia Porchat e Beatriz Santos (2021), ao refletir sobre o modo como mesmo a postura de analista seguro, atento a seus preconceitos, também pode fazer com que não escutemos de nossos pacientes algo que precise ser dito.

Tomar em consideração a contratransferência é muito simplesmente estar atentos, também em nossa escuta, à nossa implicação, consciente e inconsciente, nas questões postas em jogo por nossas/os analisantes. Requer, por exemplo, nos interrogarmos sobre os motivos, inclusive aqueles odiosos e egoístas, como diria Freud, que despertam em nós tamanho interesse pela escuta e acolhimento de pessoas trans*, além dos puros e banais interesses de mercado, é claro.

Requer ainda nos posicionarmos subjetiva e socialmente frente à questão, aceitando os limites estabelecidos por esse posicionamento e até mesmo as críticas que nos são dirigidas. No nosso caso, é importante considerar que o fato de sermos dois homens cis, um gay e um bissexual, nos coloca em certo lugar, concreto, mas também simbólico e imaginário, que, embora nos permita o acesso a certo campo mais ampliado das dissidências em relação às normas de sexo e gênero, pode criar a ilusão de que compartilhamos com as pessoas trans* – muitas delas referidas a outros marcadores sociais da diferença, como raça e classe – a discriminação e a violência sofridas, o que está longe de ser verdade.

Tais gestos procuram de fato se alinhar à regra fundamental da análise, a associação livre, e sua contrapartida, a atenção flutuante, e devem ser articulados às recomendações dadas por Freud (1912/2021) aos médicos que desejavam utilizar o método psicanalítico, integrando-se assim a um conjunto de princípios que procuram definir as condições de possibilidade do trabalho analítico, considerando os diferentes contextos sócio-históricos e culturais em que tal trabalho se dá.

Há, contudo, algo mais a fazer e muito mais a ser considerado se desejarmos de fato que nossos consultórios se configurem em campos de experimentação ética, nos quais nossas/os analisantes encontrem condições para construir e legitimar novas formas de existência. Isso se articula talvez mais diretamente a nosso terceiro gesto, referido ao reconhecimento da contextualização sócio-histórica da psicanálise e à nossa inserção em um ambiente cultural determinado, mas que de algum modo incide diretamente sobre a maneira como nos equilibramos, enquanto analistas, entre o saber e o não saber.

Para tanto, talvez seja preciso começar admitindo a existência de todo um mundo lá fora, um mundo além dos consultórios, dos nossos territórios geográficos, sociais e simbólicos, um mundo além da psicanálise, que muitas vezes ignoramos, ao qual outras vezes simplesmente não temos acesso, e que também precisa ser levado em consideração.

Todo um mundo lá fora

Pensar a teoria como elaboração da experiência transferencial, e do impacto em nós daquilo que o analisante carrega de ininteligível ou mesmo de infamiliar, implica reconhecer a necessidade de ferramentas simbólicas que nos permitam levar adiante tal elaboração. É nesse momento que a teoria, a doutrina, apresenta seus limites e precisamos recorrer a nosso ambiente cultural e ao que nele se produz cotidianamente.

Diante de um caso, por mais singular que seja, a teoria costuma emergir, tomando tal emersão duas formas possíveis. Na melhor das hipóteses, aparece como acervo imaginativo e um conjunto de ferramentas simbólicas com as quais o analista consegue conferir um mínimo de inteligibilidade ao que lhe é apresentado pelo analisante, de modo a poder, a partir também da consideração do impacto sobre si mesmo, propor uma interpretação ou construção, ou seja, oferecendo-lhe ferramentas simbólicas e suporte afetivo para que este possa conferir novos sentidos à sua própria experiência e reescrever sua história de vida, o que implicará novas formas de relação com o prazer e o gozo.

Por outro lado, a teoria também pode servir, de forma perigosa, como enquadramento prévio do discurso e da experiência vivida pelo analisante, de maneira que o que escutamos parece apenas confirmar o que os grandes mestres já nos haviam dito anteriormente. Nesse caso, a intervenção do analista pode muitas vezes, ao invés de abrir ao analisante a possibilidade de novos encadeamentos significantes, de novos deslocamentos metonímicos e de construção de novas metáforas, novos sintomas, aprisionar o sujeito em novos significantes mestres e aliená-lo, mais uma vez, no discurso do Outro.

Um elemento decisivo na escolha, consciente ou mesmo inconsciente, entre essas duas possibilidades parece estar na relação que estabelecemos com nosso instrumental teórico e na possibilidade que temos, ou não, de reconhecer seus limites. Nos aproximamos aqui de uma das críticas decisivas feitas pelos movimentos feminista, LGBTQIAP+ e antirracista à psicanálise: aquela que se dirige ao estatuto de nossas teorias e suas eventuais pretensões de universalidade e a-historicidade

Nesse sentido, convém lembrar que muitas vezes nossas matrizes clínicas, sobretudo no que comportam de novo e inteiramente articulado a nosso tempo e lugar, podem nos convocar, às vezes de modo radical, a rever a metapsicologia.

Faz-se necessário, portanto, este outro movimento: dar um passo além das paredes dos nossos consultórios e sair em busca de novos significantes, novas ferramentas simbólicas. Dar esse passo oferece ainda, no caso específico da escuta de pessoas trans*, o benefício do reconhecimento da cidadania epistêmica desses sujeitos, reconhecimento da legitimidade de sua experiência,

do modo como, com seu corpo, deram novos sentidos a corpo e gênero. Para que os gestos ensaiados no setting produzam efeitos efetivos, é preciso deixar de lado o lugar de saber, recusar a posição de especialista e sair do consultório. Ao dar esse passo, interrogamos, ao mesmo tempo, o nosso lugar social e os limites do nosso universo cognitivo, e nos permitimos explorar outros mundos, para além dos nossos preconceitos.

Lá fora encontraremos, entre outras coisas, uma produção cultural construída em torno – e sobretudo a partir – de experiências dissidentes, e é preciso escutá-la. Para o analista, pensamos que essa escuta hoje tenha uma dobra: 1) primeiro, uma escuta da produção que envolve, num sentido amplo, a arte; 2) depois, uma produção teórica que implica uma espécie de *psicanálise reversa*, que se pode descrever como inversão da questão trans*, isto é, quando as transidentidades subvertem o privilégio epistêmico da cis-generidade, recusam a posição de objetos e, como sujeitos, questionam os saberes médicos, jurídicos e psis, apontando suas inconsistências, silêncios ou, quem sabe, recalques, negações e desmentidos.

Portanto, não desejamos apenas mostrar como esses gestos de baliza podem permitir uma escuta clínica. É necessário acrescentar a escuta da produção cultural das transidentidades, que pode operar como abertura tanto para a escuta quanto para a sua elaboração a posteriori. Ambos, assim, se tornam indutores da revisão da nossa prática e da nossa teoria. Afinal, não são mais apenas os médicos e os juristas que interpelam as transidentidades; na via contrária, as pessoas trans* põem em xeque o saber médico e jurídico com relação ao binarismo do sistema sexo-gênero. Ou seja, o que está em jogo é a compreensão de que o regime de saber produzido pelas transidentidades é legítimo e deve ser levado em consideração.

Na antropologia, é possível identificar algo correlato no que Roy Wagner (2014) denomina de “urban reverse anthropology”. Essa expressão refere-se, por exemplo, ao discurso crítico dos xamãs quando saem do seu ambiente para adentrar o ambiente urbano das grandes cidades. Um dos modelos mais expressivos de uma antropologia reversa pode ser visto na obra *A queda do céu* (2019), de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Kopenawa não é somente o outro que é objeto da antropologia, mas autor de uma antropologia reversa, produtor de uma crítica à forma de vida cidadina. Ailton Krenak, e toda a sua obra, pode ser compreendido a partir do mesmo movimento. Assim, de forma análoga, é possível localizarmos também uma *psicanálise reversa* produzida por pessoas trans*.

Com isso, pode-se pensar que tanto o antropólogo quanto o psicanalista são afetados por uma forma de vertigem do infamiliar (*Unheimliche*) que os leva a pensar tanto no mais íntimo quanto no mais estrangeiro. O antropólogo

enfrenta a questão pensando a reflexividade, enquanto o psicanalista a trabalha na transferência e na contratransferência.

Nesse sentido, Thamy Ayouch discorre sobre a inversão da questão trans*, tendo em vista o próprio saber psicanalítico:

A “inversão da questão trans” consiste precisamente em deixar de perguntar o que a psicanálise pode dizer das transidentidades, o que seria abusivo seja qual for a alegação: se a psicanálise pretende se ocupar da hipersingularidade do sujeito e foge de toda categoria generalizadora, é tão absurdo falar globalmente de transidentidades quanto das cis-identidades. A inversão consiste em perguntar, antes, o que estas identificações e sua nova visibilidade e empoderamento vêm revelar do funcionamento de um tipo de discurso psicanalítico, da sua essencialização e das suas metas de poder. A questão é irremediavelmente politizada: trata-se da inscrição da psicanálise na *polis*, da sua dimensão irredutivelmente política e dos efeitos de poder do seu saber. (2025a, pp. 356-357)

Ao longo deste breve ensaio, procuramos apontar para algo como uma disposição, um arranjo possível para a escuta. Não se trata, aqui, de uma proposta geral para a escuta clínica das transidentidades, muito menos para uma “clínica da transexualidade”, mas de produzir, ou de apresentar, traços de uma postura ética que incorpora elementos políticos e epistêmicos capazes de viabilizar a escuta clínica de sujeitos historicamente silenciados, inclusive pela própria psicanálise.

Escuchar las transidentidades: principios y fines

Resumen: Los autores discuten la escucha psicoanalítica de las transidentidades y proponen un dispositivo ético, cinco gestos guía, que replantean los objetivos del tratamiento. A partir de la figura del cuerpo trans*, cuestionan la patologización histórica y presentan cinco gestos fundamentales para una escucha ética: renunciar a la anterioridad de la teoría frente al discurso del analizante; reconocer la necesidad de nuevas herramientas simbólicas y teóricas; rechazar la lógica diagnóstica y la asociación directa entre sufrimiento y disidencia; desarticular la norma sexo-género-deseo; y mantener atención crítica a la contratransferencia. Estos gestos permiten una escucha abierta a la singularidad y a la producción simbólica de las vidas trans*, configurando el análisis como un espacio de experimentación ética e invención de modos de existir. Además, los autores destacan la importancia de escuchar la producción cultural de las transidentidades como forma legítima de saber, convocando al analista a implicarse éticamente en su época.

Palabras clave: psicoanálisis, transidentidades, escucha, ética, subjetividad

Listening to trans identities: principles and ends

Abstract: The authors discuss the psychoanalytic listening of trans identities and propose an ethical device – five guiding gestures – that rethink the goals of treatment. Based on the figure of the trans* body, they question historical pathologization and present five fundamental gestures for ethical listening: renouncing the precedence of theory over the analysand's speech; recognizing the need for new symbolic and theoretical tools; rejecting diagnostic logic and the direct association between suffering and dissidence; dismantling the sex-gender-desire norm; and maintaining critical attention to countertransference. These gestures enable listening open to the singularity and symbolic production of trans* lives, framing analysis as a space for ethical experimentation and invention of ways of existing. The authors also emphasize the importance of listening to the cultural production of trans identities as a legitimate form of knowledge, calling the analyst to ethically engage with their era.

Keywords: psychoanalysis, trans identities, listening, ethics, subjectivity

Écouter les transidentités : principes et fins

Résumé : Les auteurs discutent de l'écoute psychanalytique des transidentités et proposent un dispositif éthique, cinq gestes de repère, qui repensent les objectifs du traitement. À partir de la figure du corps trans*, ils remettent en question la pathologisation historique et présentent cinq gestes fondamentaux pour une écoute éthique : renoncer à l'antériorité de la théorie par rapport au discours de l'analysant ; reconnaître la nécessité de nouveaux outils symboliques et théoriques ; refuser la logique diagnostique et l'association directe entre souffrance et dissidence ; désarticuler la norme sexe-genre-désir ; et maintenir une attention critique à la contre-transfert. Ces gestes permettent une écoute ouverte à la singularité et à la production symbolique des vies trans*, configurant l'analyse comme un espace d'expérimentation éthique et d'invention de modes d'existence. Les auteurs soulignent également l'importance d'écouter la production culturelle des transidentités comme forme légitime de savoir, appelant l'analyste à s'impliquer éthiquement dans son époque.

Mots-clés : psychanalyse, transidentités, écoute, éthique, subjectivité

Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo sacer 1: o poder soberano e a vida nua* (H. Burigo, Trad.). UFMG. (Trabalho original publicado em 1995)
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2025). *Assassinatos*. <https://antrabrazil.org/assassinatos/>

Escutar as transidentidades

- Ayouch, T. (2015). Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, 28(54), 23-32. <https://tinyurl.com/mr38fmk2>
- Ayouch, T. (2025a). *Psicanálise e hibridez*. Devires.
- Ayouch, T. (2025b). *A raça no divã*. Devires.
- Bourcier, S. (2022). *Queer zones: la trilogie*. Amsterdam. (Trabalho original publicado em 2001-2011)
- Butler, J. (2010). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Chauí, M. (2014). *A ideologia da competência: escritos de Marilena Chauí* (Vol. 3). Autêntica.
- Cunha, E. L. (2021a). *O que aprender com as transidentidades: psicanálise, gênero e política*. Criação Humana.
- Cunha, E. L. (2021b). Sobre macacos, cyborgs e transexuais: a psicanálise e os limites do humano. In J. Stona, *Relações de gênero e escuta clínica* (pp. 35-50). Devires.
- Cunha, E. L. (2024). Recomendações ao psicanalista que pratica a psicanálise com dissidentes de gênero. In L. Mattuella & V. H. Triska (Orgs.), *Freud hoje: a técnica* (pp. 27-46). Zouk.
- Edelman, L. (2014). *No al futuro* (J. Sáez, Trad.). Egales. (Trabalho original publicado em 2004)
- Fajnwaks, F. (2023). *Despatologizar o sujeito trans e outros ensaios lacanianos*. Scriptum.
- Foucault, M. (2022). *O poder psiquiátrico* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1973-1974)
- Freud, S. (2021). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 12, pp. 121-133). Imago. (Trabalho original publicado em 1912)
- Guerra, A. M. C. (2022). *Sujeito suposto suspeito: a transferência psicanalítica no sul global*. N-1.
- Halberstam, J. (2022). *Trans*: um guia curto e curioso sobre a variabilidade de gênero* (R. Leopoldo & D. Kveller, Trans.). Devires. (Trabalho original publicado em 2018)
- Kopenawa, D. & Albert, B. (2019). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Leopoldo, R. (2015). *Deleuze e Guattari: crítica à psicanálise freudiana* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Juiz de Fora. <https://tinyurl.com/2nkba7tr>
- Leopoldo, R. (2020). *Cartografia do pensamento queer*. Devires.
- Leopoldo, R. & York, S. W. (2023). *Manifesto nos trópicos: desejos e utopias periféricas*. Metanoia.
- McCann, H. & Monaghan, W. (2020). *Queer theory now: from foundations to futures*. Red Globe.
- Mezan, R. (1988). Problemas de uma história da psicanálise. In J. Birman (Coord.), *Percurso na história da psicanálise* (pp. 15-41). Taurus.
- Mezan, R. (2022). *Escrever a clínica*. Blucher.
- Mombaça, J. (2021). *Não vão nos matar agora*. Cobogó.
- Muñoz, J. E. (2009). *Cruising utopia: the then and there of queer futurity*. New York University.
- Porchat, P. & Santos, B. (2021). “Are we safe analysts?” Cisgender countertransference fantasies in the treatment of transgender patients. *The Psychoanalytic Review*, 108(4), 411-431.

- Preciado, P. B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), 551-567.
- Preciado, P. B. (2013). *Testo junkie: sex, drugs, and biopolitics in the pharmacopornographic era* (B. Benderson, Trad.). The Feminist Press. (Trabalho original publicado em 2008)
- Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas* (C. Rodrigues, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 2020)
- Reitter, J. N. (2024). *Edipo gay: heteronormatividade y psicoanálisis*. Navarra.
- Resolução n. 2.427. (2025, 8 de abril). <https://tinyurl.com/5ae4ajxw>
- Sullivan, N. (2003). *A critical introduction to queer theory*. New York University.
- Van Haute, P. & Geyskens, T. (2017). *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan* (M. Pimentel, Trad.). Autêntica.
- Wagner, R. (2014). The rising ground. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 4(2), 297-300. <https://tinyurl.com/y7xuuxda>

Recebido em 20/10/2025, aceito em 29/10/2025

Eduardo Leal Cunha
dudalealc@academico.ufs.br

Rafael Leopoldo
ralasfer@gmail.com

DOI: 10.69904/0486-641X.v59n4.06